

Relatório e Contas 2015

Willis Corretores de Seguros, SA



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2015

Nh. [Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos em relação ao exercício de 2015, o Relatório da Gestão da Sociedade.

A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem no setor de seguros a partir da sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 49, 4º andar, 1250 -139 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 2º piso – Sala 8, 4100-468 Porto.

1) Enquadramento Macroeconómico

Conforme dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística e Banco de Portugal, o PIB da economia portuguesa cresceu 1,5% em 2015, mais 0,6% do que o verificado no ano anterior, que se situou nos 0,9%.

A evolução da atividade económica ao longo do ano traduz, em larga medida, uma aceleração sustentada das exportações, que contribui para a manutenção de um excedente da balança corrente e de capital em níveis historicamente elevados. No lado das importações, os ganhos conseguidos devem-se essencialmente à redução acentuada das importações, nomeadamente com a diminuição dos preços dos bens energéticos. Para esta evolução positiva na balança comercial é também essencial o maior grau de abertura da economia portuguesa que se tem verificado nos últimos anos o que se traduz num maior dinamismo no comércio externo.

A procura interna apresenta um crescimento moderado e sustentado, que se mantém condicionado pela necessidade de continuação do processo de consolidação orçamental e pelos elevados níveis de endividamento do setor privado.

Para 2015 verificou-se ainda uma aceleração moderada do emprego e uma diminuição progressiva da taxa de desemprego situando-se o valor de referência nos 12,4% face aos 13,9% verificados em 2014. Quanto aos valores da inflação, no quadro de reduzidas pressões inflacionistas, o seu valor anual ronda os 0,5% ligeiramente acima do verificado no ano anterior.

2) Setor Segurador

Em 2015, o mercado segurador português contou com uma produção de seguro direto na ordem dos 11,9 mil milhões de euros, valor inferior em 11,6% ao registado no ano de 2014. Para este decréscimo foi determinante a quebra de 17,8% registada no ramo Vida. Os ramos Não Vida, por sua vez, registaram um acréscimo de 7,7%.

A produção de seguro direto do ramo Vida registou uma variação negativa de cerca de 1.820 milhões de euros. Esta evolução é determinada pelo comportamento dos resgates, que apresentaram um aumento de 25% face ao período homólogo.

A produção dos ramos Não Vida ultrapassou 3,5 mil milhões de euros, mais cerca de 254 milhões do que em igual período do ano anterior. Não obstante o facto da estrutura de prémios se ter mantido relativamente estável, a modalidade de Acidentes de Trabalho e o ramo Doença aumentaram o seu peso no cômputo dos ramos Não Vida.

A Willis tem vindo a reforçar a sua quota de mercado e este ano não foi exceção. Continuamos com um crescimento sustentado, que tem sido possível, mesmo em contraciclo com o mercado, devido a apostas nos especialismos, cujo exemplo mais recente este ano foi a equipa de

Contratação Pública, uma aposta na manutenção de clientes (retenção de 96% - ano) e procura incessante de novos clientes/negócios. Embora sem dados formais da ASF, estimamos que a nossa quota em 2015 tenha aumentado de 4,57% para 5,15%.

3) Atividade Operacional

Em 2015 a Willis atingiu um volume de negócios no montante de 6.461.564 euros, que representa um crescimento superior a 5%. Face a este aumento de atividade e de modo a manter o nível de serviço a que os clientes estão habituados foi necessário proceder a reestruturações ao nível dos recursos humanos que resultaram num aumento nos custos com o pessoal na ordem dos 7,36%.

O EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) de 2015 registou incremento face ao período homólogo na ordem dos 5,8%, o que se explica sobretudo pela variação no volume de negócios.

RENDIMENTOS E GASTOS	2015	2014	Var %
Serviços prestados	6,461,564	6,128,983	5.4%
Fornecimentos e serviços externos	-881,108	-875,789	0.6%
Gastos com o pessoal	-3,209,502	-2,989,439	7.4%
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	-1,752	-570	207.4%
Provisões ((aumentos) / reduções)	-12,000	-32,000	-62.5%
Outros rendimentos e ganhos	6,010	1,311	358.4%
Outros gastos e perdas	-123,749	-116,685	6.1%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2,239,463	2,115,811	5.8%

Os juros obtidos resultam na sua maioria de aplicações financeiras concretizada dentro do Grupo Willis os quais cresceram 20,92% face ao ano transato.

JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	2015	2014	Var %
Juros e rendimentos similares obtidos	16,811	13,903	20.92%

4) Objetivos concretizados em 2015

- Crescimento significativo de novos clientes e volume de negócios.
- Manutenção dos elevados rácios de retenção de clientes em carteira.
- Consolidação do projeto "Contratação Pública" e forte contribuição deste departamento especializado para os resultados.
- Estabilização da equipa de Resseguro Facultativo, que apresentou resultados acima do projetado.

5) Recursos Humanos

O número de postos de trabalho aumentou de 65 para 66 em 2015.

Em 2015 deu-se início a mais um ciclo de formação em línguas e foram proporcionadas formações técnicas aos colaboradores em função das suas áreas de atuação profissional.

6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Distribuição de Dividendos	1.651.092

7) Perspetivas futuras

As perspetivas para 2016, em termos económico-sociais serão certamente desafiantes. Existem algumas incertezas resultantes da instabilidade político-financeira, que leva a retração por parte de empresários, quer quanto a novos investimentos, quer quanto a desenvolvimento visível dos atuais negócios.

À partida esperamos um ano pouco animador em termos de novos negócios puros.

Por outro lado, parece-nos existir uma tendência de subida dos preços de subscrição de riscos, visto que no final de 2015 já se verificou uma indicação nesse sentido, pelo menos no que respeita aos ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel.

Outro fator importante a observar com cuidado em 2016 é a consolidação que está a acontecer no mercado segurador com diversos processos de fusões e aquisições, com a oferta cada vez mais concentrada em menos players. Do nosso ponto de vista, esta situação poderá criar mais pressão sobre o aumento de preços por falta de maior oferta.

Se juntarmos a tudo isto o previsível efeito da Solvência II, antevemos tempos desafiantes e interessantes para todos os intervenientes neste mercado.

Estes processos referidos acima podem também levar a alguns movimentos de concentração no nosso mercado de corretagem, aos quais estaremos obviamente atentos.

A própria Willis está num processo de fusão com a Towers Watson, fusão essa que vemos com muito entusiasmo e com um potencial muito significativo de gerar novas receitas e clientes. Este processo de fusão será desenvolvido e finalizado durante o ano de 2016.

8) Informações Diversas

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro informamos que a situação da sociedade perante Segurança Social, encontra-se regularizada.

Igualmente, não existem dívidas em mora ao Estado nos termos do Decreto Lei 534/80.

O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Foi com grande satisfação que a 5 de Janeiro de 2016 comunicámos que a Willis e a Towers Watson se uniram, oficialmente, para criar a Willis Towers Watson.

Decidimos unir-nos como uma nova empresa porque acreditamos que a nossa perspectiva distinta sobre talentos, ativos e ideias acrescentará real valor aos nossos clientes. Entendemos que uma abordagem integrada para pessoas e riscos é o caminho para o crescimento. Trabalhando com os nossos clientes, ajudá-los-emos a implementar as melhores soluções para gestão de riscos e capital humano e a obter melhores resultados num mundo cada vez mais interligado.

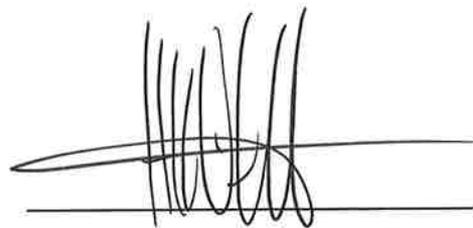
A Willis Towers Watson é, agora, uma empresa com mais de 39.000 associados em mais de 120 países, incluindo cerca de 4.000 colegas da Gras Savoye que recentemente se juntaram a nós. O valor que trazemos para os nossos clientes resulta da forma como as equipas integradas, suportadas por análises de mercado e insights comportamentais, identificam questões de negócios relevantes, muitas vezes imperceptíveis aos olhos das organizações.

Lisboa, 21 de março de 2016

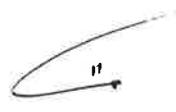
O Conselho de Administração,



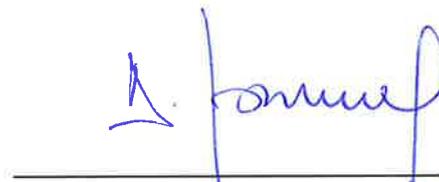
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)



(António José Gomes Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



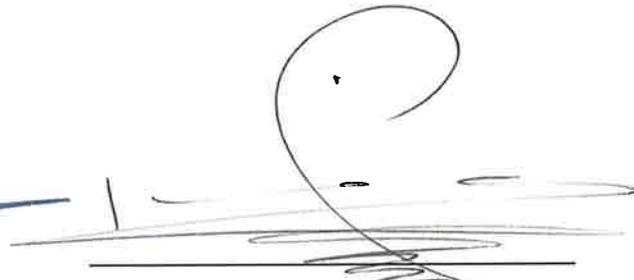
(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

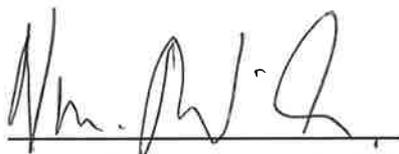
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		7.810.828	6.231.133
Pagamentos a fornecedores		(1.088.613)	(905.924)
Pagamentos ao pessoal		(3.119.924)	(2.937.064)
Caixa gerada pelas operações		3.602.291	2.388.145
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(463.923)	(773.863)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de cli	4	(627.833)	(115.271)
Outros recebimentos / pagamentos		(143.924)	(115.024)
Fluxos das atividades operacionais [1]		2.366.611	1.383.987
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11.724)	(20.186)
Outros ativos		(661.662)	(20.186)
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		-	549.137
Juros e rendimentos similares		21.149	17.550
Fluxos das atividades de investimento [2]		(652.237)	546.501
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	12	(1.489.184)	(1.728.535)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(1.489.184)	(1.728.535)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		225.190	201.953
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	356.790	154.837
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	581.980	356.790

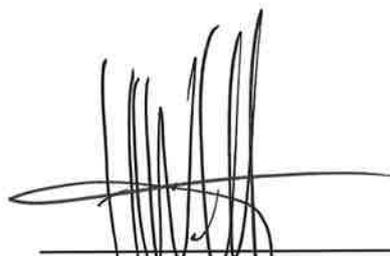
O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho de Administração,



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Presidente)

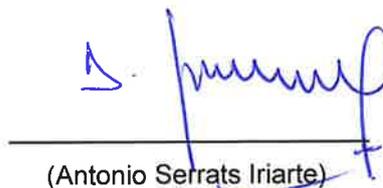


(Hugh Crispin Stilwell)

(Vice-Presidente)



(António José Gomes Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



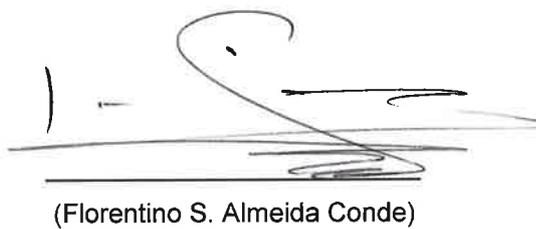
(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

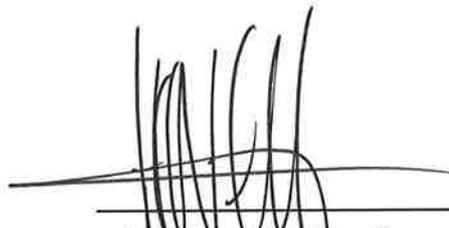
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Serviços prestados	16	6.461.564	6.128.983
Fornecimentos e serviços externos	17	(881.108)	(875.789)
Gastos com o pessoal	18	(3.209.502)	(2.989.439)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	8	(1.752)	(570)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(12.000)	(32.000)
Outros rendimentos e ganhos	19	6.010	1.311
Outros gastos e perdas	19	(123.749)	(116.685)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.239.463	2.115.811
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5	(23.796)	(29.672)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.215.667	2.086.139
Juros e rendimentos similares obtidos	20	16.811	13.903
Juros e gastos similares suportados		(1)	-
Resultado antes de impostos		2.232.477	2.100.042
Impostos sobre o rendimento do exercício	21	(581.385)	(610.858)
Resultado líquido do exercício		1.651.092	1.489.184
Resultado por ação básico		13,8	12,4

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho de Administração,



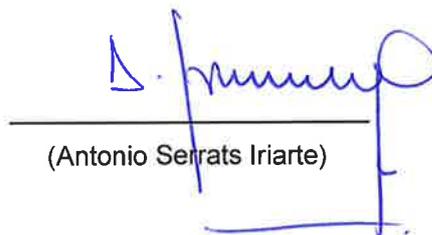
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)



(António José Gomes Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)



O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

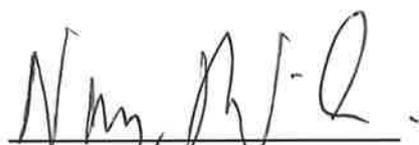
**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

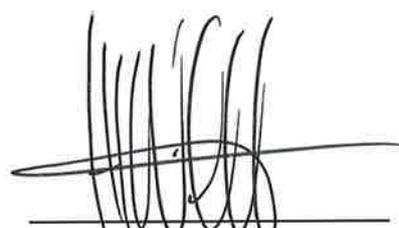
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2013		600.000	120.000	1.728.535	2.448.535
Resultado líquido do exercício		-	-	1.489.184	1.489.184
Operações com detentores de capital no exercício Distribuição de dividendos	12	-	-	(1.728.535)	(1.728.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		600.000	120.000	1.489.184	2.209.184
Resultado líquido do exercício		-	-	1.651.092	1.651.092
Operações com detentores de capital no exercício Distribuição de dividendos	12	-	-	(1.489.184)	(1.489.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		600.000	120.000	1.651.092	2.371.092

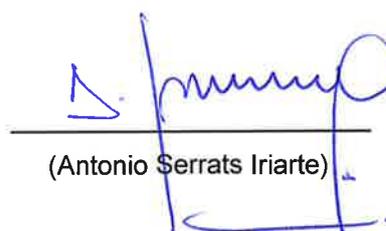
O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho de Administração,


(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)


(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)


(António José Gomes Madureira)

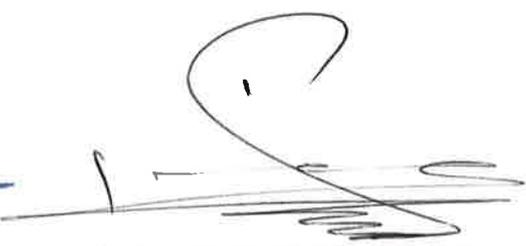

(Antonio Serrats Iriarte)


(Jaime Castellanos Borrego)

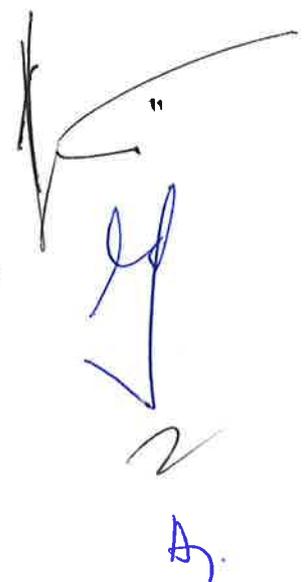

(Enrique Santos Pereira)



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)

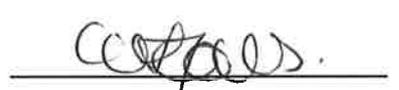


(Florentino S. Almeida Conde)



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large flourish at the top and a smaller signature below it.

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

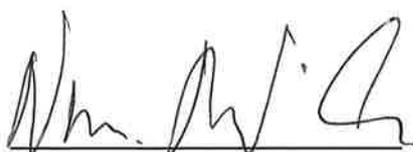
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

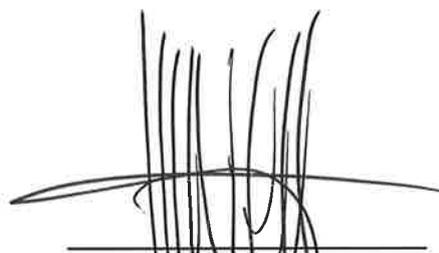
ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	39.361	51.433
Ativos intangíveis	5	-	-
Ativos por impostos diferidos	7	150.535	148.164
Total do ativo não corrente		189.896	199.597
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	1.024.606	2.306.386
Estado e outros entes públicos	9	-	14.841
Acionistas	10	1.415.418	824.685
Outras contas a receber	8	1.415.481	1.528.914
Diferimentos	11	71.747	68.357
Caixa e depósitos bancários	4	2.338.717	1.485.694
Total do ativo corrente		6.265.969	6.228.877
Total do ativo		6.455.865	6.428.474
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	600.000	600.000
Reserva legal	12	120.000	120.000
		720.000	720.000
Resultado líquido do exercício		1.651.092	1.489.184
Total do capital próprio		2.371.092	2.209.184
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	500.000	488.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14	189.039	191.739
Total do passivo não corrente		689.039	679.739
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	15	2.642.497	2.856.388
Estado e outros entes públicos	9	224.141	121.054
Acionistas	10	-	66.591
Outras contas a pagar	15	509.233	495.518
Diferimentos		19.863	-
Total do passivo corrente		3.395.734	3.539.551
Total do passivo		4.084.773	4.219.290
Total do capital próprio e do passivo		6.455.865	6.428.474

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho de Administração,



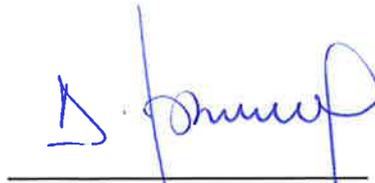
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



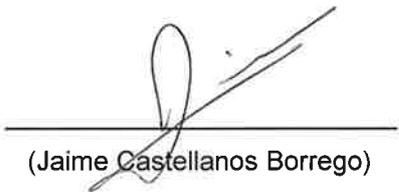
(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)



(António José Gomes Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)

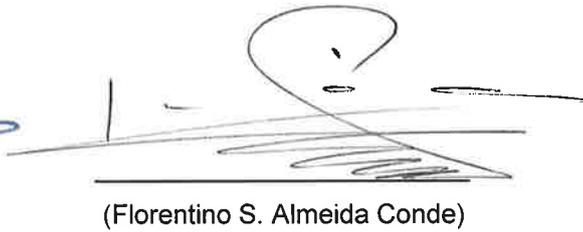


(Enrique Santos Pereira)

Nh.



(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Group Holdings, PLC, sediada na Irlanda. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras da Sociedade são integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A..

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 21 de março de 2016.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Equipamento administrativo	3 - 8
Equipamento básico	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, atendendo, nomeadamente, ao princípio da substância sobre a forma, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

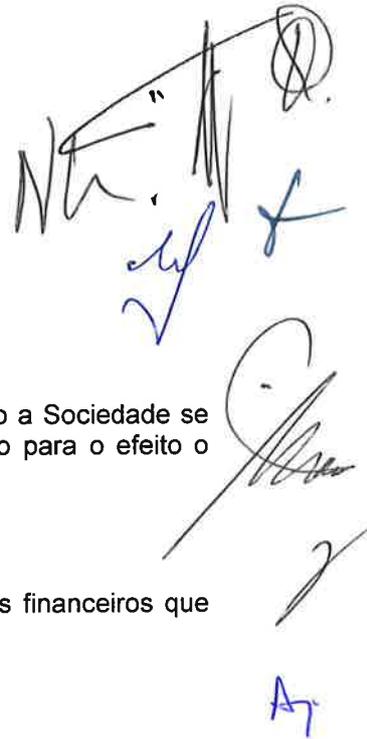
3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição de software utilizado no desenvolvimento da atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.



3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) *Clientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) *Empréstimos concedidos a empresas do Grupo*

Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica “Acionistas”, são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

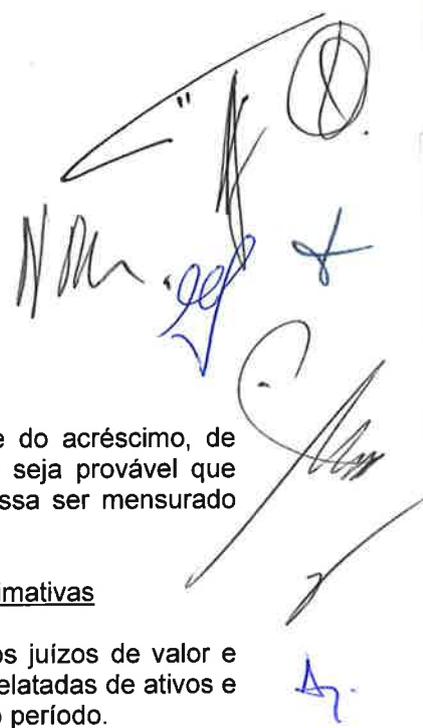
A Sociedade reconhece o rédito de acordo com as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e na elaboração de projetos de consultoria de seguros, sob a forma de honorários.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços de corretagem de seguros

O Grupo Willis reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de corretagem de seguros (comissões) na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.



Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetivo diferimento, e das responsabilidades com os benefícios pós-emprego.

Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

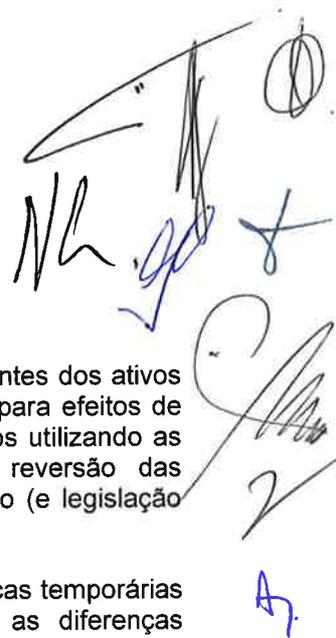
Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:

- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e
- ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Benefícios pós-emprego

A responsabilidade da Sociedade consubstancia-se num plano de benefícios definidos e, para efeitos do seu registo contabilístico, é adotado o disposto na NCRF 28 – Benefícios dos empregados.

As responsabilidades da Sociedade relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato. Os ganhos e perdas atuariais, bem como o custo dos serviços passados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica "Gastos com pessoal".

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós-emprego" representa o valor presente da correspondente obrigação, deduzido do justo valor dos ativos do plano de pensões.

Na Nota 14 é apresentada informação complementar relativamente ao apuramento das responsabilidades com pensões de reforma, bem como das respetivas coberturas.

3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

São excluídos os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 22), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, Caixa e seus equivalentes apenas inclui depósitos bancários e é composta como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos à ordem		
· Fundos recebidos de clientes (Nota 22)	1.756.737	1.128.904
· Fundos da atividade operacional	581.980	356.790
	<u>2.338.717</u>	<u>1.485.694</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	2015							
	Saldo inicial			Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido			Valor Bruto	Amortizações e depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis								
Equipamento administrativo	454.541	(413.765)	40.776	11.724	(20.155)	466.265	(433.920)	32.345
Equipamento básico	50.844	(40.187)	10.657	-	(3.641)	50.844	(43.828)	7.016
	<u>505.385</u>	<u>(453.952)</u>	<u>51.433</u>	<u>11.724</u>	<u>(23.796)</u>	<u>517.109</u>	<u>(477.748)</u>	<u>39.361</u>
Ativos intangíveis								
Software	245.904	(245.904)	-	-	-	245.904	(245.904)	-
	<u>245.904</u>	<u>(245.904)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245.904</u>	<u>(245.904)</u>	<u>-</u>
	<u>751.289</u>	<u>(699.856)</u>	<u>51.433</u>	<u>11.724</u>	<u>(23.796)</u>	<u>763.013</u>	<u>(723.652)</u>	<u>39.361</u>

	2014								
	Saldo inicial			Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Abates	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido				Valor Bruto	Amortizações e depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis									
Equipamento administrativo	436.618	(387.734)	48.884	17.923	(26.031)	-	454.541	(413.765)	40.776
Equipamento básico	50.844	(36.546)	14.298	-	(3.641)	-	50.844	(40.187)	10.657
	<u>487.462</u>	<u>(424.280)</u>	<u>63.182</u>	<u>17.923</u>	<u>(29.672)</u>	<u>-</u>	<u>505.385</u>	<u>(453.952)</u>	<u>51.433</u>
Ativos intangíveis									
Software	245.904	(245.904)	-	-	-	-	245.904	(245.904)	-
	<u>245.904</u>	<u>(245.904)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245.904</u>	<u>(245.904)</u>	<u>-</u>
	<u>733.366</u>	<u>(670.184)</u>	<u>63.182</u>	<u>17.923</u>	<u>(29.672)</u>	<u>-</u>	<u>751.289</u>	<u>(699.856)</u>	<u>51.433</u>

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e escritórios, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
Até 1 ano	147.500	218.428
Entre 1 ano e 5 anos	137.460	157.904
	<u>284.960</u>	<u>376.332</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Pagamentos mínimos	233.191	226.795
Outros	1.922	1.480
	<u>235.113</u>	<u>228.275</u>

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica “Ativos por impostos diferidos” em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2015	2014
Diferenças derivadas de provisões não aceites fiscalmente	127.500	124.440
Diferenças derivadas de benefícios pós-emprego	23.035	23.724
	<u>150.535</u>	<u>148.164</u>

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015	2014
Saldo inicial	148.164	151.382
Reforços (Nota 21)	2.371	-
Reduções (Nota 21)	-	(3.218)
	<u>150.535</u>	<u>148.164</u>

8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2015			2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes						
· Conta corrente	1.005.385	-	1.005.385	2.292.701	-	2.292.701
· Clientes de cobrança duvidosa	23.177	(20.277)	2.900	31.632	(18.525)	13.107
· Outros valores a receber	16.321	-	16.321	578	-	578
	<u>1.044.883</u>	<u>(20.277)</u>	<u>1.024.606</u>	<u>2.324.911</u>	<u>(18.525)</u>	<u>2.306.386</u>
Outras contas a receber						
· Devedores por acréscimos de rendimentos						
· Serviços prestados a faturar	1.385.803	-	1.385.803	1.477.720	-	1.477.720
· Outros devedores						
· Cauções relativas a contratos de arrendamento	21.368	-	21.368	21.368	-	21.368
· Adiantamentos ao pessoal	625	-	625	2.366	-	2.366
· Outros	7.685	-	7.685	27.460	-	27.460
	<u>1.415.481</u>	<u>-</u>	<u>1.415.481</u>	<u>1.528.914</u>	<u>-</u>	<u>1.528.914</u>
	<u>2.460.364</u>	<u>(20.277)</u>	<u>2.440.087</u>	<u>3.853.825</u>	<u>(18.525)</u>	<u>3.835.300</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar” refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorre no exercício seguinte (Notas 3.6 e 3.7).

O movimento ocorrido na perda por imparidade acumulada de dívidas a receber, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2015	2014
Cientes de cobrança duvidosa		
Saldo inicial	18.525	17.955
Reforços	20.277	18.525
Reversões	(18.525)	(17.955)
	<u>20.277</u>	<u>18.525</u>

O efeito líquido dos reforços e reversões da perda por imparidade acumulada de dívidas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 1.752 euros (570 euros em 2014) encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de dívidas a receber".

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
<u>Saldos devedores</u>		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 21)	-	(607.640)
Pagamentos por conta	-	616.674
Retenções na fonte	-	5.807
	<u>-</u>	<u>14.841</u>
<u>Saldos credores</u>		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 21)	588.214	-
Pagamentos por conta	(475.683)	-
Retenções na fonte	(7.539)	-
	<u>104.992</u>	<u>-</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	44.692	44.685
Imposto sobre o Valor Acrescentado	14.153	18.879
Contribuições para a Segurança Social	59.310	57.298
Outros Impostos	994	192
	<u>224.141</u>	<u>121.054</u>
	<u>(224.141)</u>	<u>(106.213)</u>

10. PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da Sociedade são consolidadas na Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A, sediada em Madrid e com endereço postal em Paseo de la Castellana nº 36-38, 28046 Madrid, a qual é uma entidade controlada pela Willis Group Holdings PLC, com sede na Irlanda.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos mantidos com entidades do Grupo Willis tinham a seguinte composição:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Grass Savoye	31.431	-	28.212	-
Willis Insurance Services	15.520	-	-	-
Willis Ibéria	5.500	77.000	5.626	65.472
Willis AB	2.600	-	-	-
Willis GmbH	2.500	842	8.404	-
Willis Minnesota Inc	2.394	-	-	-
Willis Massachusetts	2.250	-	-	-
Willis Itália	500	-	-	-
Willis BV	-	-	3.000	-
Willis Group Services Limited	-	19.949	-	18.810
Willis Global	-	-	-	60.764
Willis Barcelona	-	7.201	-	-
	<u>62.695</u>	<u>104.992</u>	<u>45.243</u>	<u>145.046</u>
<u>Outros saldos</u>				
Willis Group Services Limited	1.359.711	-	805.189	66.591
Willis Ibéria	55.707	-	19.496	-
	<u>1.415.418</u>	<u>-</u>	<u>824.685</u>	<u>66.591</u>
	<u>1.478.113</u>	<u>104.992</u>	<u>869.928</u>	<u>211.637</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo ativo com a Willis Group Services Limited corresponde a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas “Clientes” e “Fornecedores”.

As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2015	2014
Serviços prestados	668.746	682.255
Fornecimentos e serviços externos	(71.133)	(71.555)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	16.636	11.926
	<u>614.249</u>	<u>622.626</u>

O montante incluído em “Serviços prestados” corresponde a comissões recebidas, por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro grupo Willis, líquidas de comissões cedidas a outras empresas do Grupo Willis.

11. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Seguros	52.046	47.175
Rendas	14.745	16.685
Outros custos diferidos	4.956	4.497
	<u>71.747</u>	<u>68.357</u>

12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada e é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros Y Reaseguros, S.A..

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação do resultado:

Nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas em 31 de março de 2015 e 27 de março de 2014, foi deliberado que os resultados líquidos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, nos montantes de 1.489.184 euros e 1.728.535 euros, respetivamente, fossem integralmente distribuídos aos Acionistas.

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica “Provisões” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2015	2014
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	488.000	456.000
Reforços	12.000	32.000
	<u>500.000</u>	<u>488.000</u>

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade.

14. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos participantes no seu plano (trabalhadores admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995), uma pensão de reforma por velhice atribuída sobre a forma de renda vitalícia (14 meses) na data normal da reforma, de acordo com os benefícios previstos pelo Contrato Coletivo de Trabalho (“CCT”) para a Indústria Seguradora.

No exercício de 2014 a Administração da Sociedade foi clarificada através dos seus consultores legais, que deveria proceder à transição definitiva de todos os seus colaboradores para o CCT aplicável ao setor da mediação de seguros (celebrado pela APROSE), o qual não define que as mediadoras tenham de conceder qualquer reforma por velhice aos colaboradores. Contudo, atendendo à expectativa já criada nos seus colaboradores admitidos até 1995, a Administração da Sociedade decidiu continuar a assumir aquelas responsabilidades com os mesmos, até conclusão da avaliação que se encontra em curso de uma solução alternativa.

As responsabilidades com pensões foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados por uma entidade seguradora independente e os pressupostos técnicos utilizados foram os seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TPRV 93	TPRV 93
Idade normal de reforma	66 anos	65 anos
Taxa de desconto	2,5%	2,5%
Taxa de rendimento	2%	3%
Taxa de crescimento salarial	1%	1,5%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades por benefícios pós-emprego podem ser detalhados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Responsabilidades com colaboradores abrangidos pelo plano de pensões	151.092	151.092
Responsabilidades com pensionistas (não abrangidos pelo plano)	37.947	40.647
	<u>189.039</u>	<u>191.739</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor atual das responsabilidades com serviços passados e as coberturas existentes, relativamente a colaboradores abrangidos pelo plano, podem ser detalhadas como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Responsabilidade com colaboradores	1.200.302	1.224.198
	<u>1.200.302</u>	<u>1.224.198</u>
Valor do fundo autónomo	1.118.601	1.081.111
Responsabilidade provisionada	151.092	151.092
	<u>1.269.693</u>	<u>1.232.203</u>
% cobertura global	106%	101%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com pensões de reforma de pensionistas não abrangidos pelo plano correspondem ao montante da avaliação atuarial solicitada pela Sociedade relativamente a complementos de reforma de um pensionista e ascendem a 37.947 euros e 40.647 euros, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os custos com pensões suportados pela Sociedade encontram-se registados na rubrica "Gastos com pessoal" (Nota 18) e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cobertura de responsabilidades com pensões de reforma:		
- Pensionistas não abrangidos pelo plano	(2.700)	(1.449)
	<u>(2.700)</u>	<u>(1.449)</u>
Complementos de pensões de reformas pagas a pensionistas não abrangidos pelo plano	2.700	2.700
	<u>-</u>	<u>1.251</u>

Durante os exercícios de 2015 e de 2014, a Sociedade não efetuou qualquer entrega ao fundo de pensões.

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores		
· Companhias de seguros (Nota 22)	2.598.450	2.823.518
· Outros fornecedores	44.047	32.870
	<u>2.642.497</u>	<u>2.856.388</u>
Outras contas a pagar		
· Credores por acréscimos de gastos		
· Remunerações e respetivos encargos	361.580	333.708
· Honorários	38.127	35.264
· Seguros	13.278	5.857
· Outros	81.376	87.647
· Credores (sub-agentes)	12.837	30.888
· Outros credores	2.035	2.154
	<u>509.233</u>	<u>495.518</u>
	<u>3.151.730</u>	<u>3.351.906</u>

16. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	2015	2014
Atividade de corretagem	5.664.015	5.434.667
Honorários	797.549	694.316
	<u>6.461.564</u>	<u>6.128.983</u>

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Rendas e alugueres	304.386	294.479
Trabalhos especializados	133.595	125.404
Seguros	82.966	37.139
Comissões	78.992	116.288
Comunicação	66.656	68.132
Deslocações e estadas	52.886	49.706
Despesas de representação	46.562	38.736
Outros	115.065	145.905
	<u>881.108</u>	<u>875.789</u>

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	150.232	141.607
Remunerações do pessoal	1.949.933	1.759.630
Benefícios pós-emprego		
Pensionistas (Nota 14)	-	1.251
Encargos sobre remunerações	503.978	455.340
Indemnizações	15.000	-
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	9.407	7.865
Outros	580.952	623.746
	<u>3.209.502</u>	<u>2.989.439</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 64 e 62 colaboradores, respetivamente.

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Subsídios à exploração	4.514	-
Diferenças de câmbio favoráveis	633	414
Outros rendimentos e ganhos	863	897
	<u>6.010</u>	<u>1.311</u>
<u>Outros gastos e perdas:</u>		
Impostos	95.837	92.435
Outros gastos e perdas	27.912	24.250
	<u>123.749</u>	<u>116.685</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros gastos e perdas – Impostos" respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	16.636	11.926
Juros de depósitos em instituições de crédito	175	1.977
	<u>16.811</u>	<u>13.903</u>

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 é de 22,5% e 24,5%, respetivamente. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 7%.

Adicionalmente, de acordo com o enquadramento fiscal atualmente em vigor, os encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que os mesmos respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com veículos cujo custo de aquisição seja igual ou inferior ao 25.000 euros são tributadas autonomamente à taxa de 10%, se aquele custo for maior que 25.000 euros mas inferior a 35.000 euros será aplicada a taxa de 27,5%, por fim, se os encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição exceda os 35.000 euros será aplicada uma taxa de tributação de 35%. No que respeita às despesas de representação a tributação autónoma é de 10%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

O Imposto sobre o Rendimento (IRC), contabilizado nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com o disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2015	2014
Imposto corrente do exercício	588.214	607.640
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	(2.371)	3.218
(Excesso)/insuficiência de estimativa de imposto de anos anteriores	(4.458)	-
	581.385	610.858

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:

	2015	2014
Resultado antes de impostos	2.232.477	2.100.042
Taxa nominal de impostos	22,5%	24,5%
Imposto à taxa nominal	502.307	514.510
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	2.093	7.485
Diferenças permanentes (ii)	(853)	(1.208)
Tributações autónomas	62.528	68.083
Derrama Estadual	22.140	18.770
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	588.214	607.640

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2015	2014
Reforços / (Reversões) registados com provisões (Nota 13)	12.000	32.000
Pagamentos de pensões (Nota 14)	(2.700)	(1.449)
	9.300	30.551
Taxa nominal de imposto	22,5%	24,5%
	2.093	7.485

(ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2015	2014
Benefícios fiscais	(35.491)	(34.646)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	(3.741)	131
Seguros de vida, doença e acidentes pessoais	6.294	7.538
Despesas não dedutíveis	28.935	19.894
Outros, líquidos	211	2.153
	(3.792)	(4.930)
Taxa nominal de imposto	22,5%	24,5%
	(853)	(1.208)
Benefício fiscal após colecta	-	-
	(853)	(1.208)

Nos exercícios de 2015 e 2014, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito a criação líquida de emprego.

22. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAISPrestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

Esta informação é divulgada pela Sociedade nas Notas 3.6 e 3.7.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios de 2015 e 2014 são em numerário, encontrando-se a respetiva desagregação, por tipo de remuneração, apresentada na Nota 16 – Serviços prestados.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2015 e 2014 apresentam a seguinte composição:

	2015		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	132.500	4.849.737	4.982.237
Outros Mediadores	-	394.891	394.891
Honorários			
Clientes (Nota 16)	-	797.549	797.549
	<u>132.500</u>	<u>6.042.177</u>	<u>6.174.677</u>
	2014		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	157.084	4.601.364	4.758.448
Outros Mediadores	-	299.239	299.239
Honorários			
Clientes (Nota 16)	-	694.316	694.316
	<u>157.084</u>	<u>5.594.919</u>	<u>5.752.003</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2015 e 2014.

d) Níveis de concentração

Nos exercícios de 2015 e 2014, nenhuma entidade (empresa de seguros, mediadores ou clientes) representou mais do que 25% dos proveitos totais recebidos pela Sociedade.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2015 e 2014 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2013	1.013.633
Movimento do ano (débito)	46.286.576
Movimento do ano (crédito)	(46.171.305)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2014 (Nota 4)	1.128.904
Movimento do ano (débito)	51.087.665
Movimento do ano (crédito)	(50.459.832)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2015 (Nota 4)	1.756.737

f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada, relativamente aos valores a receber, na Nota 8 – Clientes e outras contas a receber. A desagregação por origem dos valores a pagar encontra-se detalhada na Nota 15 – Fornecedores e outras contas a pagar.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2015		2014	
	Contas a receber - Clientes (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 15)	Contas a receber - Clientes (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 15)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	1.264.615	-	910.035
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	2.287.165	2.287.165	2.651.974	2.651.974
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	(181.708)	-	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguro:				
· Já cobrados	-	(150.415)	-	(166.714)
· Por cobrar	-	(114.795)	-	(168.983)
Outros valores:				
· Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	194.453	-	159.394	-
· Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	(916.415)	(826.422)	(463.233)	(417.373)
· Recebimentos de clientes no final do ano, ainda não processados	(299.572)	-	(11.314)	-
· Outros valores	(39.039)	138.302	(11.910)	14.579
	<u>1.044.883</u>	<u>2.598.450</u>	<u>2.324.911</u>	<u>2.823.518</u>

Nh. 8
" 2
2

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como da imparidade registada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2015		2014	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	91.497	-	128.598	-
De 1 a 3 meses	112.330	-	76.558	-
De 3 a 6 meses	51.708	105	12.641	-
	<u>255.535</u>	<u>105</u>	<u>217.797</u>	<u>-</u>
De 6 meses a 1 ano	10.891	2.795	29.215	13.107
Entre 1 e 2 anos	18.591	17.091	11.857	5.357
Superior a 2 anos	1.037	286	811	61
	<u>30.519</u>	<u>20.172</u>	<u>41.883</u>	<u>18.525</u>
	<u>286.054</u>	<u>20.277</u>	<u>259.680</u>	<u>18.525</u>

i) Descrição de obrigações contingentes

Esta informação encontra-se detalhada nas Notas 13 – Provisões e 14 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego.

Nos termos do n.º 2 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade apresentam a seguinte composição:

	2015			
	Ramo		Total	%
Vida	Não vida			
Fidelidade	3.835	1.056.148	1.059.983	21,28%
Generali	-	521.635	521.635	10,47%
Açoreana	1.270	471.625	472.895	9,49%
Allianz	7.211	420.294	427.504	8,58%
Zurich	-	335.491	335.491	6,73%
Mapfre	-	239.362	239.362	4,80%
Lusitânia	-	231.517	231.517	4,65%
Tranquilidade	-	214.063	214.063	4,30%
Outros inferiores a 5%	120.184	1.359.602	1.479.786	29,70%
Total	<u>132.500</u>	<u>4.849.737</u>	<u>4.982.237</u>	100,00%

	2014			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade	3.568	848.638	852.206	17,91%
Allianz	6.427	607.607	614.034	12,90%
Generali	252	521.071	521.323	10,96%
Açoreana	9.817	401.341	411.158	8,64%
AIIG	146	280.827	280.973	5,90%
Zurich	19	268.859	268.878	5,65%
Cosec	-	244.429	244.429	5,14%
Axa	-	237.453	237.453	4,99%
Outros inferiores a 5%	136.855	1.191.139	1.327.994	27,91%
Total	157.084	4.601.364	4.758.448	100,00%

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2015 e 2014, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

23. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 9.528 euros, a favor da Administração do Porto de Sines, prestada pelo Novo Banco, S.A. (anteriormente designado por Banco Espírito Santo, S.A.), para caução do cumprimento do contrato de prestação de serviços para aquisição de seguros estabelecido com a beneficiária. Esta garantia bancária iniciou-se em 1 de janeiro de 2012, tendo sido cancela pela beneficiária em janeiro de 2015.

24. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 19, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 18.760 euros ou, se superior, a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor de seguros pelos tomadores de seguros para serem entregues às seguradoras, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente. Excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

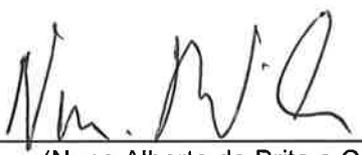
Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela AXA, pelo valor mínimo acima mencionado, com início em 1 de janeiro de 2015 e automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

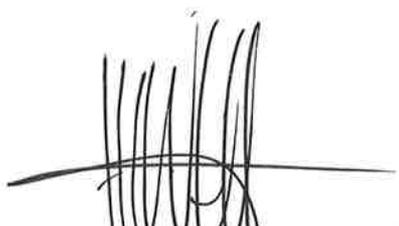
Em 5 de janeiro de 2016 foi oficialmente comunicada a fusão entre o Grupo Willis e o Grupo Towers Watson, criando assim a Willis Towers Watson. A Willis Towers Watson é, agora, uma empresa com mais de 39.000 associados em mais de 120 países.

Até que a transação esteja totalmente concluída ao nível nacional, as entidades Willis e Towers Watson continuarão a operar como empresas independentes.

O Conselho de Administração:



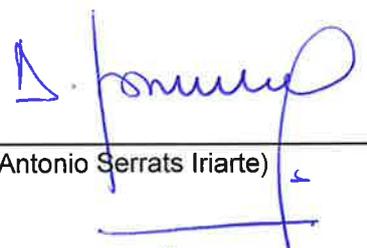
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)
(Presidente)



(Hugh Crispin Stilwell)
(Vice-Presidente)



(António José Gomes de Madureira)



(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)

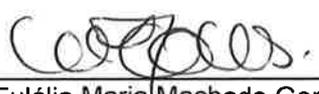


(Jaime Roque de Pinho D'Almeida)



(Florentino Sameiro Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. ("Sociedade"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 6.455.865 euros e capital próprio de 2.371.092 euros, incluindo um resultado líquido de 1.651.092 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

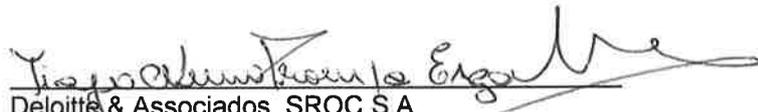
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de abril de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado